



A TEORIA E O TRABALHO EDUCATIVO NÃO ESCOLAR: UM ESTUDO CRÍTICO DAS CONCEPÇÕES TEÓRICAS QUE FUNDAMENTAM A EDUCAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS NA BAHIA

Cassiana Mendes dos Santos Almeida¹

Silvana Lúcia da Silva Lima²

Resumo

Esse *resumo* visa apresentar a pesquisa acadêmica, em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação do Campo oferecido pelo Centro de Formação de Professores – CFP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. O objetivo central do estudo é analisar os fundamentos pedagógicos e sociopolíticos que orientam a política de educação ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) na Bahia, buscando identificar se essa teoria contribui para o avanço dos camponeses que atuam nos colegiados ambientais. Parte-se da presunção de que o trabalho educativo desenvolvido nos CBHs não tem sido orientado por uma teoria, pautada nos conhecimentos científicos construídos ao longo da humanidade, que instigue a reflexão crítica dos camponeses sobre seus problemas concretos e suas lutas.

Palavras chave: Teoria. Trabalho Educativo. Educação. Comitês de Bacias Hidrográficas.

INTRODUÇÃO

Estudar os fundamentos pedagógicos e sociopolíticos do trabalho educativo desenvolvido nos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) garante o conhecimento a respeito das contradições e dos limites das orientações da educação para esses espaços. A opção por privilegiar essa temática dá-se por entender como fundamental a presença de uma teoria que oriente a prática dos camponeses que atuam como membros desses CBHs enquanto ação que caminhe para a emancipação, considerando os conflitos existentes nos colegiados e as contradições apresentadas nas relações entre sociedade e o uso dos recursos hídricos.

A problemática levantada é a seguinte: quais concepções teóricas fundamentam a política de educação ambiental dos Comitês de Bacias Hidrográficas na Bahia e, em que medida, estas concepções apresentam elementos para a intervenção política e a emancipação dos camponeses que são membros desses colegiados? Uma das hipóteses é: o enfoque dado pelos colegiados ambientais aos saberes locais não tem permitido provocações profundas sobre o caráter e a natureza da sociabilidade do capital e seus nexos com o meio ambiente e com as relações de exploração. Nesse sentido, o objetivo central é analisar os fundamentos pedagógicos e sócio-políticos que orientam a política de educação ambiental dos Comitês de



Bacias Hidrográficas na Bahia buscando identificar se essa teoria contribui para o avanço dos camponeses que atuam nos colegiados ambientais. Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: a) identificar as bases históricas da relação entre as políticas de Estado para a gestão de águas e a Educação Ambiental; b) discutir qual o debate hegemônico sobre educação ambiental na atualidade; c) analisar a proposta educativa adotada no processo de educação ambiental no Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul – CBHRS.

METODOLOGIA

O processo de análise tomará como indicação teórico-metodológica a perspectiva do materialismo histórico-dialético, tecendo reflexões críticas à luz de uma rigorosa análise sobre a realidade. Partindo do concreto e indo ao abstrato, procuraremos perceber os elementos teóricos explicativos acerca da política de educação proposta aos Comitês de Bacias Hidrográficas na Bahia.

A literatura utilizada tratará da política estadual de gestão de águas e seus nexos com a concepção teórica de educação ambiental a partir de teóricos que fazem uma discussão determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade. Serão estudados os documentos estaduais que orientam o trabalho de educação ambiental nos colegiados para identificar os seus fundamentos pedagógicos.

Posteriormente pretende-se fazer um acompanhamento da proposta educativa difundida no Comitê de Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul (CBHRS), localizado no Recôncavo Baiano, através de análise documental e entrevistas com os membros da Câmara Técnica em Educação Ambiental no intuito de perceber se esses elementos estão contribuindo para a emancipação dos trabalhadores do campo ali envolvidos.

Ao final pretendemos construir uma dissertação com apresentação dos nexos, das relações e contradições impostas à formação dos trabalhadores do campo que atuam nos colegiados ambientais da Bahia, considerando a lógica dos interesses de classe para entender a crise ambiental instaurada na sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Bacia Hidrográfica é adotada no Brasil enquanto área de gestão dos recursos hídricos com a Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (Lei 9433/97). A partir desse marco legal a maioria das políticas públicas ambientais adota a bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e implantação. A lei orienta ainda que a gestão ambiental deva ser por meio da participação popular, através dos comitês de bacia. Os CBHs são espaços de atuação de um projeto político-institucional, que se constrói a partir da articulação de instituições em torno de objetivos e métodos de desenvolvimento comuns, por isso, têm sido também espaços de disputas, já que são neles que se legitima e se delibera a respeito dos destinos e das formas que teoricamente se dá aos recursos hídricos.



Frequentemente, poder público, grandes e pequenos usuários e as organizações civis se conflitam ao ter que aprovar algo que só beneficiará um dos segmentos representados no Comitê. Não por acaso, na maioria das vezes esses benefícios vão para os grandes usuários, visto que estes portam de condições materiais e técnicas científicas que facilitam articulação junto aos outros membros.

Tozoni-Reis (2007) afirma que quando a educação ambiental é centrada na ação para a diminuição dos efeitos predatórios das relações dos sujeitos com a natureza ela se apresenta com caráter ativista e imediatista. Diante disso, defendemos que, além do reconhecimento dos saberes cotidianos, os membros dos CBHs precisam também de um conhecimento elaborado que contribua no avanço da luta. Para Santos (2011), não se trata de ensinar o povo a lutar, mas de oferecer elementos para a crítica através de procedimentos e formas que garantam o alcance de conhecimento, principalmente quando os trabalhadores solicitam uma orientação teórica para elas. O trabalho educativo deve proporcionar conhecimentos que dêem suporte para a superação da lógica degradante imposta pelo Capital e isso só é possível quando se problematiza com a classe trabalhadora, por meio de teorias radicalmente críticas, os problemas da sua localidade e do seu cotidiano. Sobre isso Saviani (2008, p. 55) afirma que se a classe trabalhadora não dominar “os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação”. Faz-se necessário uma orientação pedagógica que lute pela emancipação com vias a construção de outra sociabilidade.

A teoria educativa entendida aqui se preocupa também com o embasamento nos conhecimentos científicos, que permitam desvendar a real relação dos fatos, superando o imediato. Esse embasamento leva à contradição e a contradição leva à superação dos fatos estudados, dando início a novos conhecimentos, e não a novos saberes. Para Saviani (2008, p. 55) “os conteúdos são fundamentais e sem conteúdos relevantes, conteúdos significativos, a aprendizagem deixa de existir, ela transforma-se num arremedo, ela transforma-se numa farsa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfatizamos que a luta por uma educação ambiental crítica deve ser desdobrada nas contradições entre capital e trabalho, só assim elas caminharão para a emancipação. Uma vez que ficar presa ao imediatismo, alcançará apenas a gestão de recursos ambientais e ações pontuais, ou seja, prestação de serviços que torna-se nada mais do que formas de o capital escamotear os problemas e prolongar a sua própria sobrevivência.

REFERÊNCIAS:



BAHIA. *Política Estadual de Educação Ambiental*: Lei 12.056 de 07 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1026482/lei-12056-11-bahia-ba>. Acesso em: 28/10/2012.

BRASIL. *Política Nacional de Recursos Hídricos*: Lei 9433 de 08 de janeiro de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm. Acesso em: 28/10/2012.

GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2006.

SANTOS, Cláudio. E. Félix. dos. *Relativismo e Escolanovismo na formação do educador: uma análise Histórico-Crítica da Licenciatura em Educação do Campo*. (Tese de doutorado apresentada à Universidade Federal da Bahia – UFBA, Programa de Pós-graduação em Educação). Salvador – BA, 2011. Disponível em: www.cepehu.blogspot.com Acesso em: 16/11/2012.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Polêmicas do nosso tempo. Ed. 40 Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TOZONI-REIS, M.F.C. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.